

RESENHAS

MASTROGREGORI, Massimo. *Il gênio dello storico: le considerazioni sulla storia di Marc Bloch e Lucien Febvre e la tradizione metodológica francese*. Napoli: Edizione Scientifiche Italiane, 1987.

*Raimundo Barroso Cordeiro Jr.**

Massimo Mastrogregori, professor de História Moderna da Universidade de Roma, além de sua contribuição acadêmica para a história da historiografia contemporânea,¹ lançou-se à tarefa de editar uma revista anual destinada a tratar especificamente dessa temática. Movido pelo interesse de discutir a diversidade teórica, metodológica e temática do conhecimento histórico, decidiu criar um novo espaço no universo editorial italiano especializado.

Sem esquecer sua dívida e reconhecimento para com a *Rivista di Storia della Storiografia Moderna*, de Giocchino Gargallo, lançada em 1980, Mastrogregori segue uma tendência, mais ou menos recente, de garantir legitimidade à discussão sobre o fazer histórico para além dos limites do pragmatismo que caracterizou a reflexão sobre o conhecimento histórico. Uma iniciativa que se enquadra nas constatações que faz Maria Grazia Melchionni (2000, p. 5):

A disciplina histórica vive um momento no qual se abandona a certeza positivista e que se assume a incerteza pós-modernista, e a comunidade científica sente hoje particularmente a necessidade de interrogar-se sobre a história da historiografia, sobre seu procedimento, sobre sua forma.

A imprecisão da data inicial, isto é, dos começos dessa discussão na historiografia internacional, decorre, principalmente, das especificida-

* Professor da Universidade Federal da Paraíba.

des nacionais, bem como da origem acadêmica dos intelectuais que se dedicaram a pensar o conhecimento histórico. O fato é que tanto Mastrogregori como a sua *Storiografia* afirmam-se no cenário historiográfico contemporâneo como epígonos de Benedetto Croce, continuadores, portanto, de um esforço de reflexão que se expressa sem os constrangimentos ou os pruridos relativos aos compartimentos artificiais do saber.

Storiografia teve o seu primeiro número publicado em outubro de 1997, trazendo ao seu leitor um volume muito oportuno e provocativo, dedicado à recensão crítica. Esse modelo de escrito crítico, comumente adotado pelas revistas brasileiras, conhecido pelo público leitor como resenha, cujas características e tratamento que se lhe dispensam esses órgãos de divulgação do saber podem ser facilmente sintetizadas na sua forma breve de argumento, no seu conteúdo polêmico/apologético a respeito de uma obra e na sua localização “estratégica” no final de cada volume.

Explorando as diversas facetas dessa modalidade de escritura intelectual, discutindo sua condição de suposta inferioridade em relação aos grandes textos acadêmicos – tese, livro, artigo etc. –, os autores do primeiro número de *Storiografia* intentam assim o restabelecimento de sua legitimidade como modelo dinâmico de apresentação da história da prática da história, isto é, de crítica historiográfica. Provavelmente querem esses autores chamar a atenção para o enorme prestígio conquistado pela resenha nos fins do século XIX, de modo que hoje se possa retomá-lo a fim de permitir um maior envolvimento e interação dos historiadores com a elaboração e os resultados do conhecimento histórico.

Nesse sentido, convém lembrar os historiadores franceses fundadores da *Revue d'Annales de Histoire Economique et Sociale* (1929), para quem a empresa de uma história inovada passava necessariamente pela crítica recensiva. A título de exemplo, somente nos primeiros dez anos de existência da revista, Lucien Febvre publicou mais de quatrocentos desses pequenos artigos, e 298 durante o período da ocupação francesa pelos nazistas, quando a revista passou a se chamar *Mélanges d'Histoire Sociale*. Isto significa dizer que, para os *annalistes*, o conhecimento histórico é essencialmente um fazer que se pensa a si mesmo na medida em que se faz.

A ênfase na revisão crítica e no debate de idéias pode ser considerada o núcleo central do pensamento teórico e das orientações metodológicas que constituíram o chamado espírito dos *Annales*, confirmado através da iniciativa de seus fundadores, Lucien Febvre e Marc Bloch, ao criarem na sua revista uma seção destinada exclusivamente ao gênero recensivo, sob a rubrica “Combats et débats”.

Esse primeiro número, intitulado “Origem, esplendor e declínio da crítica historiográfica”, é composto por 33 textos divididos entre as rubricas “Discussão”, “Estudos” e “Documentos”, em que se destacam as considerações filológicas de Giuseppe Giarrizo. Há nesse volume um texto de Jacques Le Goff em que se assinalam as razões pelas quais afirma ter suspenso sua atividade de crítica historiográfica, devido à sua condição de diretor dos *Annales*. Entretanto, para contribuir com a *Storiografia*, Le Goff acaba por fazer uma resenha sobre a obra e o pensamento do historiador holandês J. Huizinga. Giuseppe Sergi e Giacomo Devoto apresentam as origens e as características do estilo e da prática recensiva. Encontra-se, também, nesse primeiro número o texto de Bertrand Müller (“Lucien Febvre e la politica della recensione”) sobre Lucien Febvre e sua prática como resenhista. Mastrogregori escreve uma fascinante história de três resenhas de livros de Benedetto Croce (*Storia d'Europa*, solicitada por Tatiana Schucht a Antônio Gramsci no início dos anos 1930, quando este se encontrava no cárcere; *Per la storia del comunismo in quanto realtà politica* e *Lettere dal carcere*, escritas por Palmiro Togliati). Além disso, Mastrogregori escreve sobre o arquivo da resenha, recuperando, inclusive, a prática resenhista de Marc Bloch.

No segundo número, de 1998, embora publicado apenas em junho de 1999, *Storiografia* se dedicou ao tema da tradição, dando-lhe o título “Poder de recordar: estudos sobre tradição como problema de história”.

A propósito desse tema, parece inevitável não se lembrar das idéias lançadas por Eric Hobsbawm (1984, p. 10) na introdução de *A invenção das tradições*, quando este define por comparação o que são costume e tradição.

O objetivo e a característica das “tradições”, inclusive as inventadas, são a invariabilidade. O passado real ou forjado a que elas se referem impõe práticas fixas (normalmente formalizadas), tais como a repetição. O “costume”, nas sociedades tradicionais, tem a dupla função

de motor e volante. Não impede as inovações e pode mudar até certo ponto, embora evidentemente seja tolhido pela exigência de que deve parecer compatível ou idêntico ao precedente. Sua função é dar a qualquer mudança desejada (ou resistência à inovação) a sanção do precedente, continuidade histórica e direitos naturais conforme o exposto na história.

Apesar das indicações conceituais de Hobsbawm, tem-se nesse número da *Storiografia*, para o pleno deleite do leitor, o instigante texto filosófico de Eric Weil “Tradition et traditionalisme” (p. 7-14), publicado originalmente em 1953, no qual afirma, com a leveza de quem brinca a sério com a obviedade mais intrigante, que

a tradição é a medula de nossos ossos, ela é onipresente na nossa vida, é graças a ela que nossa vida é nossa, isto é, que ela não é a vida dos outros. A tradição é nossa maneira de ser, nossos costumes, isto que caracteriza nossa família, nossa religião, nosso meio social, nossa nação. É porque eles têm sua tradição própria que os Russos são os Russos, os puritanos, puritanos, os Sulistas, Sulistas. (p. 7)

No segundo número encontramos 23 textos nas rubricas: “Discussão”, “Questões”, “Exemplos e Problemas” e “Estudos”. Destaca-se a publicação dos anais do debate ocorrido no primeiro seminário de história da historiografia organizado pelo Conselho Nacional de Pesquisa italiano sobre o tema “Tradição” como problema de história. Ao debate estiveram Gabriele De Rosa, Giocchino Gargallo, Mario Mazza, Nino Luraghi, Piero Vannicelli, Roberto Nicolai, Carlo Franco, Natale Spineto, Giusto Traina, Antônio Coco, Massimo Miglio, Marino Zabbia, Emanuele Cutinelle-Rèndina, Gabriella Valera, Giovanni Salmeri, Roberto Pertici, Massimo Mastrogregori, Gabriella Severino, Gianpasquale Santomasimo, Girolamo Imbruglia, Rolando Minutti, Guido Abbattista, Giovanni Casadio, Federico De Romanis.

Seguindo os mesmos passos do lançamento anterior, o terceiro número da *Storiografia*, de 1999, foi publicado em junho de 2000. Dessa vez sua direção ficou a cargo de Roberto Pertici. E, o que é mais inusitado, foi escrito inteiramente pelo Roberto Pertici, o que nos faz pensar não em uma revista, mas na opção de publicar um “livro” no lugar do tradicional esquema de uma publicação variada e plural de produções e pontos

de vista. Esse número traz como tema principal a contribuição dos historiadores italianos nascidos no século XIX, e que, na sua maioria, escreveram a história italiana no início do século XX.

Para isso, o autor traça, com uma riqueza extraordinária de detalhes, um panorama da historiografia italiana desde o século XIX até as últimas décadas do século XX, no qual discute os problemas e as características da história cultural italiana. Refaz os caminhos da historiografia “diletante” e a busca por uma metodologia para o trabalho histórico, pensando no aprimoramento das técnicas de pesquisa e na crítica documental apoiada nos exercícios filológicos. Discute a contribuição de intelectuais como Benedetto Croce e Giovanni Gentile, a ascensão da historiografia marxista depois da Segunda Guerra Mundial; ressalta os modos de recepção, a presença e a importância dos escritos históricos de Marc Bloch e Fernand Braudel, bem como a historiografia francesa em geral. São esclarecedoras suas informações sobre a síntese da tradição gramsciana e a incorporação das idéias *annalistes* na produção de autores como Rugiero Romano e os projetos de publicação da Editora Einaudi. Enfim, nesse painel mais que erudito, Pertici discorre sobre a novidade da micro-história, enfatizando as especificidades de pensamento e a produção histórica de seus principais representantes: Carlo Ginzburg, Giovanni Levi e Edoardo Grendi.

Em 2000 foi lançado o número 4 da *Storiografia*, acompanhado de um boletim de historiografia referente à produção histórica publicada na própria revista. Retornando à direção de Mastrogregori, esse número apresenta nove textos, com temas variados, alterando o esquema do dossiê adotado anteriormente.

Há nesse número um artigo dedicado à história argentina calcado nas imagens coletivas sobre o passado na passagem do século XIX ao XX, analisadas sob o ponto de vista da participação intelectual e política de funcionários do Estado na formulação de heróis nacionais oriundos de grupos sociais chamados de Patrícios e Gaúchos. Todd Samuel Presner analisa as possibilidades explicativas de uma história contrafactual sobre o Holocausto. Giocchino Gargallo discorre sobre a metodologia da história, seguido do comentário de Michele Biscione sobre esse mesmo texto e a importância do pensamento de Gargallo. Um texto de discussão de Erminia Irace aborda a temática do primeiro número de *Storiografia*, isto é, o poder de recordar e a definição de tradição.

Vale ressaltar, para satisfação do leitor brasileiro, o artigo “Note a margine. La critica storiografica degli anni Novanta in Brasile”, de Jurandir Malerba. Nele o jovem historiador discorre com sensibilidade e conhecimento de causa sobre a produção historiográfica brasileira, bem como sobre os principais estudos de história da historiografia levados a cabo por historiadores brasileiros, sem se esquecer de salientar a importância desse campo específico do conhecimento histórico como exercício de auto-reflexão do ofício do historiador. Além de discorrer, em forma de balanço, sobre as principais “tendências” teóricas (marxismo, *Annales*) e os autores (Marx, Weber, Foucault), cujos pensamentos marcaram e orientaram os trabalhos dos historiadores brasileiros nas últimas décadas do século XX, Malerba resalta a importância da criação do Centro Nacional de Referência Historiográfica (CNRH) da Universidade Federal de Ouro Preto, iniciativa que permitiu aos historiadores e estudantes de história entrar em contato com a recente historiografia brasileira. Os projetos realizados pelo CNRH, dentre outros, deram origem à publicação dos dois volumes de *A História no Brasil*, de autoria dos professores Carlos Fico e Ronald Polito daquela universidade mineira, servindo de leitura obrigatória a qualquer um que queira conhecer a nova historiografia brasileira.

Por fim, a contribuição intelectual e acadêmica de *Storiografia*, do professor Mastrogregori, vem confirmar que os estudos de historiografia têm-se tornado cada vez mais frequentes, provavelmente devido à necessidade que os historiadores apresentam em relação às formas possíveis de controle sobre o seu saber. A história da historiografia tem permitido aos historiadores compreender como o conhecimento do passado e as formas de sensibilidade histórica têm sido elaborados com o passar dos tempos.² Roger Chartier, no prefácio ao livro de Philippe Ariès, considera o *Tempo da História* um dos marcos da historiografia de tipo novo:

[...] nos dois capítulos centrais, consagrados às atitudes diante da história na Idade Média e no século XVII, Ariès era o primeiro a empreender o que podia ser a história da história. Depois desses dois ensaios redigidos em 1950 e 1951, a disciplina cresceu muito, como o demonstra a multiplicação dos títulos gerais [...]. (CHARTIER, 1989, p. 25).

Independente da precisão do comentário sobre a antecedência de Ariès, sua importância está em identificar uma percepção diferente em relação à história, refletida no tratamento dado a assuntos antes indevidamente colocados.

Atualmente a recorrência com que aparecem trabalhos visando a um balanço da história, provavelmente, deve-se ao fato de terem-se intensificado as discussões sobre a especificidade do conhecimento histórico. Afora isso, podem-se vislumbrar os efeitos do debate, já secular, a respeito do estatuto das ciências humanas.

Cada vez mais se pode perceber uma inquietação que persuade os historiadores e os mobiliza em direção aos meandros do seu trabalho. Isso se reflete na vontade de identificar, de maneira segura, as características fundantes dessa área de conhecimento. Servindo assim tanto para definir singularidades e fronteiras como para sugerir semelhanças e, quem sabe, para resgatar o ideal da unidade através do exercício interdisciplinar. Ainda mais quando se constata que, nos últimos tempos, a crítica às ideologias derivou, na filosofia das ciências, para a chamada desconstrução do saber. Isto é, a iniciativa de formular uma espécie de arqueologia do conhecimento sobre o homem, perquirindo as suas formulações discursivas e passando em revista os condicionantes exteriores ao próprio saber científico.³

Mas a prática desse tipo de historiografia, preocupada com as diversas relações que envolvem e permeiam a obra histórica, data desde o início do século XX, por ocasião das agitadas discussões sobre as possibilidades da história. Após um período de grande expressão e reconhecimento social da história como a principal ciência do espírito, reputação muito bem aproveitada durante o século XIX, inclusive no sentido da profissionalização do historiador, as convicções enraizadas na tradição intelectual cientificista dos historiadores passaram a ser questionadas.

As esperanças que a história viesse a se confirmar metodicamente como uma ciência, considerando as trajetórias das demais, isto é, as ciências naturais, acabaram caindo por terra diante das dificuldades de adequação aos critérios de cientificidade “impostos” pela biologia e pela física, respectivamente. Em pouco tempo, a totalidade dos princípios assumidos por uma concepção otimista da história foi sendo substituída

por uma outra forma de interpretação do ofício do historiador, caracterizada pela hesitação quanto à objetividade do seu saber.

A desconfiança de que era impossível ao historiador estabelecer uma relação puramente objetiva com o seu objeto de estudo teve como conseqüência a mudança de entendimento do que viria a ser a verdade histórica. Assim, da substituição da verdade absoluta originária do empiricismo das ciências naturais por uma verdade “provisória” de um conhecimento em constante mudança, emergem algumas noções a respeito do papel ativo do historiador como sujeito do conhecimento, representado pela autonomia criativa e pelo livre-arbítrio nas escolhas.

Logo em seguida ao questionamento da validade do paradigma científico como padrão de definição e nivelamento das disciplinas, segundo a disposição de cada uma delas para adequar-se aos ditames do método, sobreveio uma sensibilidade relativista, invadindo o pensamento historiográfico e, por fim, solapando os alicerces firmes e tranqüilos de uma história forjada na erudição e no cientismo.

O fato de a pesquisa histórica assumir uma complexidade crescente, tendo em vista a utilização de novos instrumentos e a aceitação de novas fontes, acabou por produzir uma constante revisão de suas sínteses. Os efeitos desse abalo no alicerce das “certezas” históricas coincidiram, no entanto, com o avanço institucional e profissional das ciências sociais. Se, na passagem do século XIX, as vozes que se levantavam contra a pretensão cientificista da história utilizavam-se da argumentação relativista, na segunda metade do século XX observa-se um verdadeiro combate teórico-metodológico entre a história e as ciências sociais.

Como bem lembra Pomian (1975, p. 936),

é neste ambiente de litígio contra a história, e que os historiadores se acusam, que a história da historiografia, ao menos nas suas manifestações as mais ambiciosas, parou de ser uma disciplina puramente bibliográfica e erudita, compilando catálogos nos quais se contentava em substituir a ordem do alfabeto pela da cronologia. Extraindo lições da crítica de aspirações científicas da história, ela vê doravante ali uma atividade intelectual entre as outras, e que, com as outras, participa da vida de uma época e de uma sociedade dadas de quem não se pode isolar.

Como se pode verificar, os efeitos provocados pela reorientação dos princípios diretivos da história atingiram a historiografia de maneira positiva, porquanto lhe permitiu alargar o domínio de suas experiências de investigação factual e de reflexão teórico-metodológica. O revisionismo histórico, princípio dinâmico de uma disciplina que não mais se interessa pelos efeitos de exemplaridade prática ou moral dos acontecimentos, tornou-se, enfim, o dado propulsor da investigação historiográfica.

Convém salientar que a historiografia não tem se limitado apenas ao exercício crítico direcionado para os livros de história, ultrapassando sempre que possível o âmbito da atividade profissional.

A história da história não se deve preocupar apenas com a produção histórica profissional, mas com todo um conjunto de fenômenos que constituem a cultura histórica ou, melhor, a mentalidade histórica de uma época. (LE GOFF, 1992, p. 48)

Agindo dessa maneira, a historiografia adquire uma abrangência muito maior, criando um campo de conhecimento cuja finalidade é refletir e compreender como as sociedades elaboravam suas representações sobre as ações humanas no passado e como é possível contá-las. Dessa forma, a historiografia torna-se, efetivamente, história da história.

A historiografia, freqüentemente empreendida como história da história, atribui a si mesma a tarefa de verificação dos valores e dos fundamentos da chamada cultura histórica⁴ de uma época determinada. Para isso, realiza uma atividade de indagação sobre os modos de representação do tempo, do significado dos acontecimentos e do sentido das ações humanas. Objetiva desse modo descobrir as inter-relações constitutivas dos tecidos empíricos, simbólicos e imaginários daquilo que se chama pensamento histórico, esse elemento distintivo da cultura ocidental que se manifesta nas diversas esferas da experiência de vida individual e coletiva.

Pode-se deduzir, pois, que

o objeto da história da história é bem este sentido difuso do passado, que reconhece nas produções do imaginário uma das principais expressões da realidade histórica e nomeadamente da sua maneira de reagir perante o seu passado. (LE GOFF, 1992, p. 49)

Não se restringindo, portanto, à função de autoconsciência da atividade profissional do historiador, a historiografia se projeta sobre uma gama variada de temas, erigindo-se como campo privilegiado do pensamento histórico.

Por tudo isso, é mais que louvável a iniciativa do professor Mastrogregori em oferecer à historiografia, como história da história, a contribuição de sua *Storiografia*.

Notas

1. Refiro-me à sua tese de doutorado *Il genio dello storico: le considerazioni sulla storia di Marc Bloch e Lucien Febvre e la tradizione metodologica francese*. Napoli: Edizione Scientifiche Italiane, 1987. A tese defendida na École des Hautes Etudes em Science Sociale discute os aspectos teóricos do pensamento histórico de Lucien Febvre e Marc Bloch.
2. As declarações de historiadores são freqüentes neste sentido. “Constitui uma orientação nova da investigação histórica em França, apaixonante, interessar-se de maneira privilegiada pela historiografia, pela maneira como, de época para época, se escreveu a história” (DUBY e LARDREAU, 1989, p. 75).
3. Especialmente a contribuição dada nesse sentido pelos trabalhos de Michel Foucault, em *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*, em que se pode encontrar a relação da História com as ciências humanas nas páginas 384-390.
4. “Sob este termo, Guenée reúne a bagagem profissional do historiador, a sua biblioteca de obras históricas, o público e a audiência dos historiadores. Acrescento-lhes a relação que uma sociedade, na sua psicologia coletiva, mantém com o passado” (LE GOFF, 1992, p. 47-48).

Referências

DUBY, G; LARDREAU, G. *Diálogos sobre a nova história*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1989.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Tradução de Salma Tannus Muchail. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução de Bernardo Leitão et al. 2.ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.

MASTROGREGORI, Massimo. *Il gênio dello storico: le considerazioni sulla storia di Marc Bloch e Lucien Febvre e la tradizione metodológica francese*. Napoli: Edizione Scientifiche Italiane, 1987.

MELCHIONNI, Maria Grazia. A história da historiografia de Gioacchino Gargallo como história da cultura européia. *Bolletino di storiografia*. 1998-2000. *Storiografia*, n. 4, p. 5-7, 2000.

POMIAN, Krzystog. L'histoire de la science et l'histoire de l'histoire. *AESC*, Paris, 30e. année, n. 5, p. 935-952, sept./oct. 1975.